

Sumário

Introdução.....	1
1. “Município Putativo” e a Ideia de Putatividade no Direito Brasileiro.....	11
1.1 O município e a proteção federativo-constitucional.....	11
1.1.1 O município como ente federativo	13
1.1.2 O princípio da autonomia municipal no federalismo brasileiro....	18
1.2 A ideia de putatividade no direito	23
1.3 A ideia de putatividade no direito constitucional.....	24
1.4 A Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º2.240-7-Bahia como marco da tese do Município Putativo	26
1.4.1 Síntese do objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade	26
1.4.2 Os argumentos do voto condutor e o surgimento da tese do município putativo	27
1.4.3 Análise do conteúdo da decisão e a força normativa dos fatos...	32
1.4.4 Análise do conteúdo da decisão e suas consequências políticas	34
1.5 A técnica da declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade no processo de criação de municípios no Brasil.....	36
2. Direitos Originários dos Índios sobre as Terras que Tradicionalmente Ocupam	43
2.1 Os direitos territoriais indígenas e a Constituição de 1988.....	44
2.1.1 Terra indígena: Conceito e natureza jurídica.....	48
2.1.2 Demarcação e homologação de Terras Indígenas no Brasil	59
2.1.3 As razões da constante judicialização do processo administrativo de demarcação e homologação de Terras Indígenas no Brasil.....	68
2.2 O processo de demarcação e homologação da Terra Indígena São Marcos	71

2.3 A sobreposição ou afetação de outras categorias jurídicas nas terras indígenas	79
2.4 Análise do conteúdo da decisão no caso Raposa Serra do Sol e a limitação dos direitos territoriais indígenas	84
3. Interpretando Precedentes: o “Caso Pacaraima” (Ação Civil Originária nº 499)	99
3.1 Estado de direito e o poder constitucional dos estados-membros para criar municípios	100
3.2 Aspectos relevantes do município de Pacaraima	101
3.2.1 O Município de Pacaraima como núcleo urbano preexistente....	104
3.2.2 Aspectos político-constitucionais no processo de criação do município de Pacaraima.	107
3.2.3 Análise do conteúdo da decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1512-5 (Roraima)	109
3.3 O objeto da ação cível originária nº 499	112
3.4 Da declinação de competência do Supremo Tribunal Federal para analisar a ação civil originária nº 499.....	113
3.5 Dos argumentos para a manutenção do município de Pacaraima	115
3.5.1 Do argumento baseado na relação de pertinência entre terras indígenas e municípios.....	116
3.5.2 Do juízo de ponderação e seus limites	124
3.5.3 O consequencialismo como doutrina abrangente	127
3.5.4 Da escolha do consequencialismo em detrimento do juízo de ponderação	141
3.5.5 Do paradigma consequencialista aplicado ao caso Pacaraima....	142
3.5.6 Do argumento baseado na força normativa dos fatos	151
3.5.7 Do argumento sob a ótica da consulta às comunidades indígenas....	153
3.6 Análise do conteúdo da sentença proferida pelo juízo da 1. ^a Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Roraima	156

Considerações Finais	159
Referências	165
Anexo: Sentença da Justiça Federal no Caso Pacaraima (Processo nº 0000683-58.1995.4.01.4200).....	189